

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	37
-------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	39
--	----

Motivos de Reapresentação	40
---------------------------	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	576.081.529
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>576.081.529</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	1.684.573	1.681.663
1.01	Ativo Circulante	64.992	102.730
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	53.348	28.897
1.01.03	Contas a Receber	10.899	73.159
1.01.03.01	Clientes	10.845	73.055
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	54	104
1.01.06	Tributos a Recuperar	531	404
1.01.07	Despesas Antecipadas	214	270
1.02	Ativo Não Circulante	1.619.581	1.578.933
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.699	960
1.02.01.06	Tributos Diferidos	960	960
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.739	0
1.02.01.09.04	Títulos e valores mobiliários	18.739	0
1.02.03	Imobilizado	1.587.070	1.565.579
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.587.070	1.565.579
1.02.04	Intangível	12.812	12.394
1.02.04.01	Intangíveis	12.812	12.394

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	1.684.573	1.681.663
2.01	Passivo Circulante	158.274	154.164
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	644	889
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	644	889
2.01.02	Fornecedores	14.085	14.855
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.085	14.855
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.489	11.671
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.560	8.781
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	179	4.755
2.01.03.01.02	INSS	769	628
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	452	3.199
2.01.03.01.04	OUTROS	160	199
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.443	2.476
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	486	414
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	52.789	33.722
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	46.928	33.722
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	46.928	33.722
2.01.04.02	Debêntures	5.861	0
2.01.06	Provisões	86.267	93.027
2.01.06.02	Outras Provisões	86.267	93.027
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	7.768	7.768
2.01.06.02.04	Uso do bem publico	1.194	1.194
2.01.06.02.05	Provisão para constituição de ativos	69.758	77.045
2.01.06.02.06	Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	794	690
2.01.06.02.07	Credores diversos	6.753	6.330
2.02	Passivo Não Circulante	882.788	884.044
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	680.101	681.042
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	467.097	472.618
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	467.097	472.618
2.02.01.02	Debêntures	213.004	208.424
2.02.02	Outras Obrigações	183.160	183.160
2.02.02.02	Outros	183.160	183.160
2.02.04	Provisões	19.527	19.842
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	79	79
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	79	79
2.02.04.02	Outras Provisões	19.448	19.763
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	9.292	9.292
2.02.04.02.04	Outras provisões	10.156	10.471
2.03	Patrimônio Líquido	643.511	643.455
2.03.01	Capital Social Realizado	576.082	576.082
2.03.04	Reservas de Lucros	67.373	67.373
2.03.04.01	Reserva Legal	3.369	3.369
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	48.003	48.003
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	16.001	16.001
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	56	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	21.532	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.642	0
3.02.01	Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	-4.829	0
3.02.02	Outros Custos operacionais	-949	0
3.02.03	Depreciação e amortização	-6.737	0
3.02.04	Uso do bem publico	-94	0
3.02.05	Energia elétrica comprada para revenda	-33	0
3.03	Resultado Bruto	8.890	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-123	-120
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-123	-120
3.04.02.01	Serviços de terceiros	-14	-119
3.04.02.02	Material	-1	-1
3.04.02.03	Outras receitas	71	0
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-179	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.767	-120
3.06	Resultado Financeiro	-8.700	-6
3.06.01	Receitas Financeiras	845	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.545	-6
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	67	-126
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11	25
3.08.01	Corrente	-11	0
3.08.02	Diferido	0	25
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	56	-101
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	56	-101
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00010	-0,00041

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	56	-101
4.03	Resultado Abrangente do Período	56	-101

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	63.499	-128
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	16.593	-96
6.01.01.01	Lucro/prejuízo do período	56	-101
6.01.01.02	Depreciação e amortização	7.010	0
6.01.01.03	Impostos diferidos	0	-25
6.01.01.04	Baixa de ativo imobilizado	0	30
6.01.01.05	Encargos de dívidas	9.517	0
6.01.01.06	Outas variações monetárias líquidas	10	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	46.906	-32
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	62.210	0
6.01.02.02	Impostos a compensar	-127	-52
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	75	0
6.01.02.04	Outros ativos circulantes	31	20
6.01.02.05	Fornecedores	-770	0
6.01.02.06	Encargos setoriais	93	0
6.01.02.07	Salários, férias e encargos	-245	0
6.01.02.08	Provisão para constituição de ativos	-7.287	0
6.01.02.09	Tributos e contribuições sociais a recolher	-7.182	0
6.01.02.10	Outros passivos circulantes	423	0
6.01.02.11	Outros exigíveis a longo prazo	-315	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-38.261	-63.995
6.02.01	Aplicações em investimentos de curto prazo	-18.739	0
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-18.566	-63.992
6.02.03	Aplicações no intangível	-956	-3
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-787	40.389
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	40.000
6.03.03	Empréstimos tomados	-1.031	0
6.03.04	Amortização e pagamento de juros de financiamento	244	296
6.03.05	(-) custo de captação de financiamentos	0	93
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	24.451	-23.734
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	28.897	26.078
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	53.348	2.344

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	576.082	0	67.373	0	0	643.455
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	576.082	0	67.373	0	0	643.455
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56	0	56
5.07	Saldos Finais	576.082	0	67.373	56	0	643.511



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	314.081	0	0	-2.083	0	311.998
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	314.081	0	0	-2.083	0	311.998
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-101	0	-101
5.07	Saldos Finais	314.081	0	0	-2.184	0	311.897

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014</b>
7.01	Receitas	24.033	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	23.962	0
7.01.02	Outras Receitas	71	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.721	-120
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20	-120
7.02.04	Outros	-5.701	0
7.02.04.01	Energia elétrica comprada para revenda	-33	0
7.02.04.02	Encargos de uso da rede elétrica (CUST)	-4.829	0
7.02.04.03	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-832	0
7.02.04.04	Outros custos operacionais	-7	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	18.312	-120
7.04	Retenções	-7.010	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.010	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.302	-120
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	845	0
7.06.02	Receitas Financeiras	845	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.147	-120
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.147	-120
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.546	-25
7.08.02.01	Federais	2.546	-25
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.545	6
7.08.03.01	Juros	9.517	0
7.08.03.03	Outras	28	6
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	56	-101
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	56	-101

## Comentário do Desempenho

### Aos acionistas

A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as informações trimestrais da Companhia relativas aos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

### 1. Breve histórico da Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Companhia de capital aberto, constituída em 10 de agosto de 2010.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010, a contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 09 de novembro de 2045).

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguari e Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



## Comentário do Desempenho

A Companhia contará com três unidades geradoras de energia após total entrada em operação, destas duas já entraram em operação comercial de forma antecipada, conforme apresentado a seguir:

Unidades geradoras	Ínio da operação comercial	Ínio da operação comercial conforme contrato de concessão	Potência instalada (MW)	Garantia física total (MWmédios)
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	84	71,6
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	84	119,2
3ª	-	30 de abril de 2015	84	153,1
			<b>252</b>	<b>153,1</b>

## 2. Governança corporativa

A Ferreira Gomes pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa, a fim de assegurar a transparência.

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia:

### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por três membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

### Diretoria estatutária

A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores:

- (i) administrativo financeiro;
- (ii) de relações com investidores, e
- (iii) de implantação.

### Conselho fiscal

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um conselho fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do conselho fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

## Comentário do Desempenho

### 3. Desempenho econômico-financeiro

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/03/2015	31/03/2014	Variação %
Receita operacional bruta	23.962	-	-
(-) Deduções da receita operacional	(2.430)	-	-
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>21.532</b>	-	-
(-) Custos operacionais	(12.642)	-	-
<b>Lucro bruto</b>	<b>8.890</b>	-	-
(-) Despesas/receitas operacionais	(123)	(120)	2,5%
(-) Despesas/receitas financeiras	(8.700)	-	-
<b>Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda</b>	<b>67</b>	-	-
Imposto de renda	(7)	-	-
Contribuição social	(4)	-	-
Imposto de renda diferido	-	16	-
Contribuição social diferido	-	8	-
<b>Lucro (prejuízo) do período</b>	<b>56</b>	<b>(96)</b>	-158,3%
<b>Ativo total</b>	<b>1.684.573</b>	<b>1.306.927</b>	28,9%
<b>Investimentos</b>	<b>1.599.882</b>	<b>1.302.485</b>	22,8%

### Comentários relevantes

A receita operacional da UHE Ferreira Gomes apresentou evolução positiva devido à entrada em operação da primeira e segunda unidade geradora conforme detalhado no item 1 deste relatório, com isso as despesas e custos da Companhia também sofreram alterações nos períodos posteriores a operação comercial.

O imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre o resultado da Companhia, tributada pelo lucro real no período findo em 31 de março de 2015.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, foram reconhecidos com base no prejuízo fiscal incorrido até o período findo em 31 de março de 2013, a Companhia que era tributada pelo lucro real e por estar em fase pré-operacional incorreu em prejuízo fiscal, assim com a expectativa de lucratividade futura, reconheceu o ativo fiscal diferido.

Dado que a Ferreira Gomes Energia S.A é uma “SPE” sociedade de propósito específico, não houveram investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Os recursos para implantação, construção e operação da UHE foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A, e de empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures.

### EBITDA

(Em milhares de reais)

	31/03/2015	31/03/2014
Lucro (prejuízo) líquido do período	56	(101)
(+) Resultado financeiro	8.700	(6)
(+) Depreciação e amortização	7.010	-
(+) IR/CS correntes	11	-
<b>(=) EBITDA</b>	<b>15.777</b>	<b>(107)</b>

## Comentário do Desempenho

### Endividamento

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/03/2015	31/12/2014
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(52.789)	(33.722)
Não circulante	(680.101)	(681.042)
Dívida total	<u>(732.890)</u>	<u>(714.764)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>53.348</u>	<u>28.897</u>
Dívida líquida	(679.542)	(685.867)
Patrimônio líquido	643.511	643.455
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<u><u>1,06</u></u>	<u><u>1,07</u></u>

### 4. Capital humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e em 31 de março de 2015 a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha no seu quadro 50 colaboradores.

### 5. Responsabilidade sócio-ambiental

A Ferreira Gomes Energia S.A tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, esta engajada no desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua: tais como centros voltados à criação artística, incentivo cultural e desenvolvimento social.

Abaixo destacamos os principais projetos implantados:

- Programa de Resgate de Fauna;
- Programa de Incentivo a Pesquisa;
- Programa de Resgate de Ictiofauna e Programa de Resgate de Invertebrados Aquáticos;
- Programa de Monitoramento da Qualidade de Água;
- Programa de Monitoramento de Vetores e Controle da Malária;
- Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias;
- Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico;
- Programa de Monitoramento Meteorológico;
- Programa de Apoio ao Turismo Sustentável em FG; e
- Programa de Apoio a Descentralização da Gestão Ambiental em Ferreira Gomes e Porto Grande.

## **Comentário do Desempenho**

### **6. Auditoria Independente**

Em 14 de abril de 2014, a KPMG Auditores Independentes S.S. (“KPMG”) celebrou com Ferreira Gomes Energia S.A. (“Companhia”), o “Contrato Global para Prestação de Serviços de Auditoria”.

Nesse sentido, para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2015, bem como as informações trimestrais, foram contratados os seguintes serviços: (i) revisão das informações trimestrais – ITRs da Companhia, preparadas de acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e cujas informações financeiras serão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2015, com a emissão de relatório de revisão sobre essas informações trimestrais - ITRs; (ii) leitura do Formulário de Referência a ser preparado para o registro da Companhia como companhia aberta na CVM; e (iv) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, a serem preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2015 com a emissão de um relatório de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

### **Mensagem final**

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

### **A Diretoria**

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de reais)

#### 1 Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes”, “FGE” ou a “Companhia”) foi constituída no dia 10 de agosto de 2010 com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes com potência mínima instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A acionista controladora da Ferreira Gomes Energia S.A. é a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), com sede em São Paulo.

A Companhia foi vencedora do leilão de energia nova 003/2010 cuja contratação foi feita no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assinando a Companhia contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/2010-MME-UHE-Ferreira Gomes de 09 de novembro de 2010, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de geração de energia elétrica pelo prazo de 35 anos. A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 11.

A Companhia antecipou a entrada em operação de duas unidades geradoras conforme abaixo:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	-	30 de abril de 2015	-	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

#### 2 Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

A autorização para conclusão das informações trimestrais da Companhia foi efetuada em Reunião de Diretoria realizada em 11 de maio de 2015.

##### 2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela



## **Notas Explicativas**

Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014.

### **2.2 Base de preparação e apresentação**

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As informações trimestrais foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais.

## **3 Sumário das principais práticas contábeis**

As demonstrações contábeis referentes ao exercício de findo em 31 de dezembro de 2014 foram preparadas e apresentadas pela Companhia de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC, vigentes até 31 de dezembro de 2014. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação de suas informações trimestrais – ITR do período findo em 31 de março de 2015 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, portanto, devem ser lidas conjuntamente. Exceto com relação a tributação, citada nos item 3.8 já que a partir de 01 de janeiro de 2015 a Companhia passou a ser tributada com base no lucro real.

## Notas Explicativas

### 4 Pronunciamentos novos ou revisados

#### 4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, com aplicação obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2015. Dentre estes, as normas que foram adotadas pela primeira vez não causaram impacto nas informações trimestrais da Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas emitidas cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IFRS 11/CPC 19(R2), IAS 16/CPC 27, IAS 38/CPC 04 (R1) e IAS 41/CPC 29.

### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	31/03/2015	31/12/2014
<b><u>Caixa e equivalentes de caixa</u></b>			
Fundo fixo		19	20
Banco conta movimento		38.060	10.315
Aplicações financeiras de liquidez imediata		12	1.530
Certificados de depósitos bancários	90% a 99% do CDI	<u>15.257</u>	<u>17.032</u>
		<b><u>53.348</u></b>	<b><u>28.897</u></b>

Na rubrica banco conta movimento está contemplado o valor de R\$ 6.519 depositado em conta seguradora aberta por exigência do contrato nº 12.2.1390-1, firmado entre a Companhia e o BNDES.

A aplicação financeira de liquidez imediata refere-se a uma aplicação automática vinculada a conta corrente, na qual a remuneração efetiva do CDB dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento mínimo, não ocorrendo, portanto risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

Certificados de depósitos bancários – CDB's, realizado com instituições do mercado financeiro nacional, sendo remunerada pelas variações de 90%, 98,5% e 99% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 31 de março de 2015, e 90% do CDI em 31 de dezembro de 2014.

## Notas Explicativas

### 6 Contas a receber de clientes

O saldo de 31 de março de 2015 é substancialmente constituído pelos valores faturados nos meses de fevereiro e março, e que terão sua liquidação em abril e maio. Cabe ressaltar que os valores faturados de suprimento de energia elétrica são recebidos em 3 parcelas decendiais que são liquidadas a partir dos dias 15, 25 e 05 dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado - CCEAR's.

	31/03/2015	31/12/2014
<b><u>Ativo circulante</u></b>		
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado	9.293	-
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre	1.552	73.055
	<b>10.845</b>	<b>73.055</b>
	<b>10.845</b>	<b>73.055</b>

### 7 Tributos e contribuições sociais

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e/ou antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

	31/03/2015	31/12/2014
<b><u>Ativo circulante</u></b>		
<b><u>Tributos e contribuições sociais a compensar</u></b>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	19	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	18	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	140	64
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	135	135
Imposto sobre Serviços - ISS	101	101
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4	4
Pis/Cofins/Contr.Social (lei 10.833/2003)	114	100
	<b>531</b>	<b>404</b>
	<b>531</b>	<b>404</b>

#### Passivo circulante

<b><u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u></b>		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	168	242
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	769	628
Imposto sobre Serviços - ISS	486	414
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.443	2.476
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	7	3.060
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	4	1.453
Programa de Integração Social - PIS	81	570
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	371	2.629
Outros	160	199
	<b>4.489</b>	<b>11.671</b>
	<b>4.489</b>	<b>11.671</b>

## Notas Explicativas

### 8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/03/2015	31/12/2014
<b><u>Ativo não circulante</u></b>		
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	686	686
Contribuição social diferido sobre base negativa	274	274
	<u>960</u>	<u>960</u>

Esse saldo foi composto do prejuízo auferido no ano de 2013, o qual a sua recuperabilidade, está suportada por projeções aprovadas pela Administração quanto à evolução positiva dos resultados futuros da Companhia que preveem que a realização do IR/CSLL diferidos ocorrerá integralmente no ano de 2015, ano em que o empreendimento entrará em plena operação comercial.

### 9 Títulos e valores mobiliários

	31/03/2015	31/12/2014
<b><u>Títulos e valores mobiliários</u></b>		
Banco conta movimento	18.739	-
	<u>18.739</u>	<u>-</u>

O contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação da UHE Ferreira Gomes Energia S.A., estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora.

## Notas Explicativas

### 10 Imobilizado

As adições registradas no ativo imobilizado em curso no período findo em 31 de março de 2015 representam, substancialmente a investimentos em materiais, equipamentos, serviços e os correspondentes encargos sobre empréstimos vinculados à construção, destinados à implantação e finalização da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. O saldo de material em depósito refere-se a produtos e materiais diversos em estoque a serem alocados na obra. O imobilizado está constituído da seguinte forma:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2014	Adições	Transferência	Reclassificação para intangível	Baixas	Saldo em 31/03/2015
<b>Imobilizado em serviço</b>							
Terrenos		16.715	-	-	-	-	16.715
Reservatórios, barragens e adutoras	2,13%	790.885	-	-	-	-	790.885
Edificações, obras civis e benfeitorias	5,37%	152.816	-	-	-	-	152.816
Máquinas e equipamentos	2,97%	227.265	-	-	-	-	227.265
Móveis e utensílios	5,99%	1.203	-	-	-	-	1.203
Benfeitorias em bens de terceiros		956	-	-	(956)	-	-
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>1.189.840</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(956)</b>	<b>-</b>	<b>1.188.884</b>
<b>(-) Depreciação acumulada</b>							
Reservatórios, barragens e adutoras		(1.404)	(4.209)	-	-	-	(5.613)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(309)	(930)	-	-	-	(1.239)
Máquinas e equipamentos		(563)	(1.689)	-	-	-	(2.252)
Móveis e utensílios		(6)	(19)	-	-	-	(25)
Benfeitorias em bens de terceiros		(375)	-	-	375	-	-
<b>Total da depreciação acumulada</b>		<b>(2.657)</b>	<b>(6.847)</b>	<b>-</b>	<b>375</b>	<b>-</b>	<b>(9.129)</b>
<b>Total do ativo imobilizado em serviço</b>		<b>1.187.183</b>	<b>(6.847)</b>	<b>-</b>	<b>(581)</b>	<b>-</b>	<b>1.179.755</b>
<b>Imobilizado em curso</b>							
Reservatórios, barragens e adutoras		-	362	-	-	-	362
Edificações, obras civis e benfeitorias		2.932	3.263	-	-	-	6.195
Máquinas e equipamentos		87.520	49	-	-	-	87.569
Veículos		2.535	-	-	-	(88)	2.447
Móveis e utensílios		13	2	-	-	-	15
A ratear (1)		150.374	12.823	22.289	-	(20)	185.466
Juros capitalizados (3)		28.839	9.051	-	-	-	37.890
Programas socioambientais		22.289	-	(22.289)	-	-	-
Material em depósito		4.140	99	-	-	-	4.239
Adiantamento a fornecedor		48.232	3.173	-	-	-	51.405
Depósitos judiciais		893	205	-	-	-	1.098
Estudos e projetos (2)		30.629	-	-	-	-	30.629
<b>Total do ativo imobilizado em curso</b>		<b>378.396</b>	<b>29.027</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(108)</b>	<b>407.315</b>
<b>Total imobilizado</b>		<b>1.565.579</b>	<b>22.180</b>	<b>-</b>	<b>(581)</b>	<b>(108)</b>	<b>1.587.070</b>

- (1) Imobilizado em curso – a ratear: são registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não sejam passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, serão rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.
- (2) Estudos e projetos: referem-se aos gastos incorridos com levantamentos topográficos, geodésicos, projetos executivos, hidráulicos dentre outros que fazem parte do projeto de implantação da usina.
- (3) Juros capitalizados: a Companhia agrega, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os juros capitalizados acumulados até 31 de março de 2015, são de R\$ 140.517 (R\$ 131.465 até 31 de dezembro de 2014) líquido das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa (R\$ 9.641 em 31 de março de 2015 e R\$ R\$ 9.299 em 31 de dezembro de 2014). As taxas de juros aplicáveis para esses empréstimos estão demonstradas na nota explicativa 13.

## Notas Explicativas

### 11 Intangível

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2014	Adições	Reclassificação conta imobilizado	Saldo em 31/03/2015
<b>Intangível em serviço</b>					
Uso do bem público	20,60%	11.769	-	-	11.769
Intangíveis	6,32%	<u>699</u>	<u>-</u>	<u>956</u>	<u>1.655</u>
<b>Total intangível em serviço</b>		<b><u>12.468</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>956</u></b>	<b><u>13.424</u></b>
<b>(-) Amortização acumulada</b>					
Uso do bem público		(62)	(94)	-	(156)
Intangíveis		<u>(12)</u>	<u>(69)</u>	<u>(375)</u>	<u>(456)</u>
<b>Total amortização</b>		<b><u>(74)</u></b>	<b><u>(163)</u></b>	<b><u>(375)</u></b>	<b><u>(612)</u></b>
<b>Total</b>		<b><u>12.394</u></b>	<b><u>(163)</u></b>	<b><u>581</u></b>	<b><u>12.812</u></b>

Uso do bem público - conforme estabelecido no contrato de concessão a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 927, valor original, a partir de 04 de novembro de 2014, data de início da operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE, até o 35º ano da concessão (11/2045). A obrigação registrada na contabilidade refere-se ao pagamento total da dívida, e este montante trazido a valor presente, e atualizado anualmente, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

### 12 Fornecedores

	31/03/2015	31/12/2014
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	2.033	3.015
Materiais e serviços	<u>12.052</u>	<u>11.840</u>
<b>Total</b>	<b><u>14.085</u></b>	<b><u>14.855</u></b>

## Notas Explicativas

### 13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a. Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

		31/03/2015			31/12/2014		
		Encargos	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas
<b>Moeda nacional - circulante</b>							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	12.868	3.560	16.428	9.189	3.366	12.555
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	5.093	1.409	6.502	3.637	1.332	4.969
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	601	159	760	414	73	487
BNDES - Subcrédito D	2,5%	22.507	971	23.478	16.271	928	17.199
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	-	7.178	7.178	-	-	-
(-) custo de captação - a amortizar		(1.557)	-	(1.557)	(1.488)	-	(1.488)
<b>Total</b>		<b>39.512</b>	<b>13.277</b>	<b>52.789</b>	<b>28.023</b>	<b>5.699</b>	<b>33.722</b>
<b>Moeda nacional - não circulante</b>							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	211.741	-	211.741	211.351	-	211.351
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	83.805	-	83.805	83.651	-	83.651
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	9.429	-	9.429	9.512	-	9.512
BNDES - Subcrédito D	2,5%	165.730	-	165.730	170.845	-	170.845
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	222.521	5.873	228.394	221.404	2.682	224.086
(-) custo de captação - a amortizar		(18.998)	-	(18.998)	(18.403)	-	(18.403)
<b>Total</b>		<b>674.228</b>	<b>5.873</b>	<b>680.101</b>	<b>678.360</b>	<b>2.682</b>	<b>681.042</b>
<b>Total geral</b>		<b>713.740</b>	<b>19.150</b>	<b>732.890</b>	<b>706.383</b>	<b>8.381</b>	<b>714.764</b>

Em 28 de dezembro de 2012 a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610. Até 31 de março de 2015 foram liberados o montante de R\$ 468.310. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,34% ao ano + TJLP (referente aos subcréditos A, B e C), sendo que a primeira amortização ocorrerá em 15 de maio de 2015 e a última em 15 de abril de 2031; juros de 2,50% ao ano (referente ao subcrédito D) cuja a primeira amortização será em 15 de maio de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2022. Os juros incorridos do contrato de financiamento do BNDES, serão incorporados ao principal trimestralmente, nos dias 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015. Até o período findo em 31 de março de 2015 foi incorporado o montante de R\$ 32.437 (R\$ 25.532 até 31 de dezembro de 2014).

O contrato com BNDES estabelece cláusulas restritivas, as quais institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras:

## Notas Explicativas

- manter Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação.

A obrigatoriedade de cálculo ocorrerá somente no 2º trimestre do ano de 2015, no início da primeira amortização contratual, que ocorrerá em 15 de maio de 2015.

As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas:

- Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes:

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo mas não se limitando a:

- (a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
  - (b) Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia;
  - (c) As garantias constantes do CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.;
  - (d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Contra Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e
  - (e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.
- Garantia prestada pela Alupar Investimento S.A.:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A.



## Notas Explicativas

Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R\$ 210.900 debêntures, (210.900 duzentos e dez mil e novecentos debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1), os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017. Durante esse período de carência a Companhia desembolsará o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionados sendo que os outros 45% serão incorporados ao valor principal da dívida, até o período findo em 31 de março de 2015 foi incorporado o montante de R\$ 10.504. Em 15 de dezembro de 2017 ocorrerá a liquidação de 100% dos juros remuneratórios provisionados e a primeira amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), tais cláusulas instituem que a Companhia deverá:

- comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,20 (um inteiro e vinte centésimos).

Os índices acima não são aplicáveis para o trimestre findo em 31 de março de 2015, pois não se aplicam no período de carência.

## Notas Explicativas

b. As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2014	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização	31/03/2015
<b>Moeda nacional</b>					
BNDES - Subcrédito A	223.906	-	4.262	-	228.168
BNDES - Subcrédito B	88.620	-	1.687	-	90.307
BNDES - Subcrédito C	9.999	-	190	-	10.189
BNDES - Subcrédito D	188.044	-	1.165	-	189.209
3º emissão de debêntures	224.086	-	11.486	-	235.572
(-) custo de captação - a amortizar	(19.891)	(1.031)	-	367	(20.555)
<b>Total</b>	<b>714.764</b>	<b>(1.031)</b>	<b>18.790</b>	<b>367</b>	<b>732.890</b>

	31/12/2013	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização	31/12/2014
<b>Moeda nacional</b>					
BNDES - Subcrédito A	208.390	-	15.516	-	223.906
BNDES - Subcrédito B	82.479	-	6.141	-	88.620
BNDES - Subcrédito C	4.194	5.487	318	-	9.999
BNDES - Subcrédito D	161.997	21.887	4.160	-	188.044
BTG - Nota promissória	-	175.000	3.801	(178.801)	-
2º emissão de debêntures	166.312	-	10.158	(176.470)	-
3º emissão de debêntures	-	210.900	13.186	-	224.086
(-) custo de captação - a amortizar	(3.587)	(17.697)	-	1.393	(19.891)
<b>Total</b>	<b>619.785</b>	<b>395.577</b>	<b>53.280</b>	<b>(353.878)</b>	<b>714.764</b>

c. Em 31 de março de 2015, as parcelas relativas aos empréstimos, debêntures encargos de dívidas e custo de captação, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
Principal	33.663	44.884	44.884	44.884	44.884	485.899	699.099
(-) custo de captação a amortizar	(1.170)	(1.555)	(1.555)	(1.555)	(1.558)	(11.606)	(18.998)
	32.493	43.330	43.330	43.330	43.327	474.293	680.101

## 14 Provisão para constituição de ativos

Natureza	31/03/2015	31/12/2014
Máquinas e equipamentos	36.205	37.276
Montagem	4.139	9.804
Obras civis	29.414	29.237
Outros	-	728
<b>Total</b>	<b>69.758</b>	<b>77.045</b>

## Notas Explicativas

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado em serviço referentes a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

### 15 Provisão para gastos ambientais

	31/03/2015	31/12/2014
Passivo circulante	7.768	7.768
Passivo não circulante	9.292	9.292
<b>Total</b>	<b>17.060</b>	<b>17.060</b>

A Companhia realiza investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da UHE e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação em 31 de março de 2015. A contrapartida pela constituição dessas provisões foram registradas na rubrica programas sócio-ambientais no ativo imobilizado em curso.

### 16 Provisão para contingência

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos numerários efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, bem como pelo julgamento de nossa administração, sendo que são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos serem de probabilidade de perda provável.

**(A) Perda provável:** Em 31 de março de 2015 não existem demandas judiciais ou administrativas de natureza tributária, cível, arbitral ou ambiental com risco de perda provável que individualmente, na avaliação da Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, sejam consideradas relevantes para os negócios.

**(B) Perda possível:** Embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 31 de março de 2015 merecem destaques as seguintes demandas:

**(i) Demandas Tributárias:** Não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza que, individualmente, sejam consideradas relevantes para os negócios da Companhia.

**(ii) Demandas Cíveis:**

- Ação Civil Pública nº 99563820104013100 proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, com influência direta na implementação do empreendimento. O valor atribuído a causa atualizado é de R\$ 1.301;

**(iii) Demandas Trabalhistas:** Não existem demandas judiciais ou administrativas de natureza trabalhista com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam considerados relevantes para nossos negócios.

**(iv) Demandas Arbitrais:** Não existem demandas dessa natureza que, individualmente, sejam consideradas relevantes para os negócios.

## Notas Explicativas

(v) **Demandas Ambientais:** Existe um Auto de Infração com probabilidade de perda possível, o qual transcrevemos abaixo:

- Auto de Infração Ambiental nº 013596, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 20.000.

## 17 Partes relacionadas

### 17.1 Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados ou que possam vir a celebrar, com partes relacionadas, serão avaliados a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

	31/03/2015	31/12/2014
<b><u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u></b>		
Outros credores - AF Energia S.A (a)	421	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - Alupar Investimentos S.A (b)	183.160	183.160
	<b>183.581</b>	<b>183.160</b>

- a. Contrato de serviço de operação local, remota e de manutenção da Usina firmado entre a Ferreira Gomes Energia S.A e a empresa AF Energia S.A..
- b. A Companhia está em de finalização de obras e não possui recursos próprios assim depende de recursos por parte da acionista (efetuados a título de adiantamento de futuro aumento de capital) para implantação da UHE Ferreira Gomes.

## Notas Explicativas

### 7.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do contrato	Início do contrato	Encerramento do contrato	Saldo devedor do contrato em 31/03/2015
26/12/2012	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente, Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserve O&M, Conta Seguradora	470.610	28/12/2012	15/04/2031	517.873
13/06/2011	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FG0115-11	Prestação de Garantias (Fiança)	161.000	05/05/2011	30/04/2015	156.091
31/07/2014	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180833414 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	11	18/07/2014	17/07/2015	-
30/05/2014	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	210.900	15/06/2014	15/12/2027	235.572
24/11/2014	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 181302814 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fianças)	11	01/12/2014	01/12/2015	-
29/01/2015	Conselho de Administração			Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180888815 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fianças)	11	30/01/2015	29/01/2016	5

### 7.3 Remuneração da alta administração

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembléia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 31 dezembro de 2014, a remuneração foi conforme abaixo:

	31/03/2015	31/12/2014
Benefícios de curto prazo (a)	234	911
Benefícios pós-emprego	1	25
<b>Total</b>	<b>235</b>	<b>936</b>

- a. Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

## Notas Explicativas

### 18 Patrimônio líquido

#### 8.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia, conforme AGE de 10 de julho de 2014 é de R\$ 700.000.

Em 10 de julho de 2014 a Companhia aumentou seu capital social em 262.000 (mediante subscrição de 262.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), passando o mesmo de R\$ 314.081 para R\$ 576.081.

A composição acionária da Companhia em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	Quantidades de ações	
	31/03/2015	31/12/2014
Alupar Investimento S.A.	576.081.528	576.081.528
Membros do conselho de administração	<u>1</u>	<u>1</u>
	<b><u>576.081.529</u></b>	<b><u>576.081.529</u></b>

### 19 Resultado por ação

	31/03/2015	31/03/2014
<b>Numerador</b>		
Lucro (prejuízo) do período	56	(101)
<b>Denominador</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias	<u>576.081.529</u>	<u>243.439.435</u>
<b>Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária</b>	<b><u>0,000</u></b>	<b><u>(0,000)</u></b>

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

## Notas Explicativas

### 20 Receita operacional líquida

	31/03/2015	31/03/2014
<b>Receita bruta</b>		
Suprimento de energia	23.962	-
	<u>23.962</u>	<u>-</u>
<b>Deduções</b>		
Programa de Integração Social - PIS	(395)	-
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.820)	-
Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(215)	-
	<u>(2.430)</u>	<u>-</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u><u>21.532</u></u>	<u><u>-</u></u>

### 21 Custos e despesas operacionais

	31/03/2015		31/03/2014	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
<b><u>Não gerenciáveis</u></b>				
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	(4.829)	-	-	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(105)	-	-	-
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(832)	-	-	-
Doações, contribuições e subvenções	(7)	-	-	-
Utilização do Bem Público - UBP	(94)	-	-	-
	<u>(5.867)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b><u>Gerenciáveis</u></b>				
Energia elétrica comprada para revenda	(33)	-	-	-
Serviços de Terceiros	(5)	(14)	-	(119)
Material	-	(1)	-	(1)
Outras receitas	-	71	-	-
	<u>(38)</u>	<u>56</u>	<u>-</u>	<u>(120)</u>
<b>Depreciação e amortização</b>	<u>(6.737)</u>	<u>(179)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(6.737)</u>	<u>(179)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<u><u>(12.642)</u></u>	<u><u>(123)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(120)</u></u>

## Notas Explicativas

### 22 Resultado financeiro

	31/03/2015	31/03/2014
<b>Receitas financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	172	-
Juros s/ faturas a receber em atraso	657	-
Outras receitas financeiras	16	-
	<u>845</u>	<u>-</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos de dívidas	9.517	-
Outras despesas financeiras	28	6
	<u>9.545</u>	<u>6</u>

### 23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

#### 23.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

#### 23.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações trimestrais.

	31/03/2015		31/12/2014		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	53.348	53.348	28.897	28.897	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	10.845	10.845	73.055	73.055	Nível II	Empréstimos e recebíveis
	<u>64.193</u>	<u>64.193</u>	<u>101.952</u>	<u>101.952</u>		
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	14.085	14.085	14.855	14.855	Nível II	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos, financiamentos e debêntures	732.890	732.890	714.764	714.764	Nível II	Empréstimos e recebíveis
	<u>746.975</u>	<u>746.975</u>	<u>729.619</u>	<u>729.619</u>		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa, equivalentes de caixa, e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil; e
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar).



## Notas Explicativas

BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

3º emissão de debêntures: O valor justo para as debêntures não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que o valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no site ([www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br)), é próximo ao valor contábil

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o período findo em 31 de março de 2015.

### 23.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No período findo em 31 de março de 2015, não houveram transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

### 23.4 Informações sobre liquidez

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, e para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

## Notas Explicativas

### 3.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

#### *Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo*

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2015, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 27 de março de 2015, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Posição em 31/03/2015	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		6,39%	9,59%	12,78%	15,98%	19,17%	
Aplicações financeiras de liquidez imediata (equivalentes de caixa)	CDI	15.269	976	1.464	1.951	2.439	2.927

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2015 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

#### *Análise de sensibilidade das dívidas*

Com base no relatório FOCUS de 27 de março de 2015, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de março de 2015 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano						
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/03/2015 (*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
3ª emissão de debêntures	IPCA +	6,47%	222.521	3,75%	5,63%	7,50%	9,38%	11,25%
			23.282	27.724	32.166	36.608	41.050	
BNDES subcrédito (A, B e C)	TJLP +	2,34%	323.537	3,00%	4,50%	6,00%	7,50%	9,00%
			17.504	22.471	27.437	32.404	37.370	

(\*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

## Notas Explicativas

### 3.6 Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

#### ***Risco de crédito***

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

#### ***Risco de taxas de juros***

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

#### ***Risco de regulação***

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### ***Risco de taxas de câmbio***

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

#### ***Risco de liquidez***

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pelo nosso conselho de administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de março de 2015, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

## Notas Explicativas

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	13.960	125	-	-	-	14.085
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	11.612	35.316	45.095	133.929	288.073	514.025
3ª emissão de debêntures	(327)	6.188	(1.317)	(3.942)	218.263	218.865
<b>Total</b>	<b>25.245</b>	<b>41.629</b>	<b>43.778</b>	<b>129.987</b>	<b>506.336</b>	<b>746.975</b>

### 23.7 Gestão de capital

	31/03/2015	31/12/2014
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(52.789)	(33.722)
Não circulante	(680.101)	(681.042)
Dívida total	(732.890)	(714.764)
Caixa e equivalentes de caixa	53.348	28.897
Dívida líquida	(679.542)	(685.867)
Patrimônio líquido	643.511	643.455
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>1,06</b>	<b>1,07</b>

A Companhia ainda possui obras em andamento e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

### 24 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

### 25 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de março de 2015.

## Notas Explicativas

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Seguro para garantir a ANEEL as obrigações assumidas no Contrato de Concessão nº 02/2010 - MME -UHE	28.375	952	31/07/2015
Riscos de responsabilidade civil geral	80.000	330	30/04/2015
<b>Total</b>	<b>108.375</b>	<b>1.282</b>	

## 26 Informações por segmento

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente e consequentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

## 27 Evento subsequente

Conforme Despacho da ANEEL nº 1.271 publicado no Diário Oficial em 30 de abril de 2015, a Companhia obteve, nesta data, autorização para início de operação comercial da terceira unidade geradora ("UG3") da UHE Ferreira Gomes, de 84 MW (oitenta e quatro megawatts) de potência, totalizando, conjuntamente com a UG1 e a UG2, garantia física de 153,1 MW médios (cento e cinquenta e três vírgula um megawatts médios), a UG3 encontrava-se em testes desde o dia 10 de abril de 2015, fornecendo energia ao Sistema Interligado Nacional (SIN) desde esta data, sendo remunerada pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD do Submercado Norte sobre a energia efetivamente gerada neste período.

\* \* \*

### Contadora

Danielle Santos  
CRC 1SP278429/O-1

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e Diretores da

Ferreira Gomes Energia S.A

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ferreira Gomes Energia S.A

("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de maio de 2015.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais

São Paulo, 11 de maio de 2015.

**DECLARAÇÃO**

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis para o período findo em 31 de março de 2015.

---

José Luiz de Godoy Pereira

Diretor Administrativo e

Diretor de Relações com Investidores

---

Carlos Manuel da Silva Graça

Diretor Técnico

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Declaração dos diretores sobre o Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

São Paulo, 11 de maio de 2015.

### **DECLARAÇÃO**

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as conclusões expressas no relatório dos Auditores Independentes para o período findo em 31 de março de 2015.

---

José Luiz de Godoy Pereira

Diretor Administrativo e

Diretor de Relações com Investidores

---

Carlos Manuel da Silva Graça

Diretor Técnico



## Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	por lapso, a Companhia repetiu as informações dispostas no item "Comentário de Desempenho" no item "Comentário sobre o comportamento das projeções empresariais", o qual é facultativo e não preenchido pela companhia.